



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR
COMISSÃO DA VERDADE**

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Entrevista realizada em: 5.7.2013

Hora: 14h30min.

Local: Sala de reuniões dos Colegiados Superiores

Entrevistados: Justina Iva de Araújo Silva

Responsável pela transcrição: Patrícia Wanessa de Moraes (bolsista)

Carlos Gomes: Hoje nós vamos ouvir o depoimento da nossa ex-colega aqui da comissão, Justina Iva. Ela, que participou de algumas das nossas reuniões, certamente ela sabe exatamente o rumo, a sequência que nós temos adotado aqui. E o pedido que eu lhe faço, mas vou lhe deixar à vontade, é para você falar da sua militância na política estudantil mesmo antes de entrar na Universidade e depois, ingressando na Universidade, você conta sua vida de estudante e de professor, registrando o que achar mais importante.

Justina Iva de Araújo Silva: Pois não, muito obrigada. Boa tarde a todos. Quero dizer da minha alegria de ter sido substituída nessa comissão pelo doutor Spinelli, um homem de história ímpar de competência e militância e, portanto, é uma honra ter sido substituída por você, Spinelli. É um prazer revê-lo. Já que me foi dada essa oportunidade de falar um pouco sobre essa militância desde antes da Universidade, eu gostaria de registrar que comecei a militar no movimento estudantil secundarista, na cidade de Caicó. No ano de 1964, quando foi proclamado o golpe militar, eu fazia parte da união estudantil caicoense e nós saímos às ruas no dia seguinte, primeiro de abril.

Presidia a entidade Paulo Celestino da Costa. Salomão Gurgel Pinheiro fazia parte da diretoria. Como não havia transporte coletivo na cidade, nós saímos caminhando pelas ruas de Caicó para chegar a cada colégio, a cada unidade de ensino e mobilizar os estudantes para irem às ruas, contestar o golpe, enfim, para fazer um protesto contra aquele golpe. Dois anos depois eu vim para Natal.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Deixe-me fazer só uma observação. Eu estava em Caicó nessa época, trabalhando como médico, recém-formado.

Justina Iva de Araújo Silva: Você estava? Lembra desse fato?

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Lembro.

Justina Iva de Araújo Silva: Isso foi em 1964. Eu fiquei mais três anos em Caicó, mas não houve nenhuma consequência na vida de cada um de nós, por esta razão. O movimento basicamente se encerrou nisso, se encerrou dessa forma, não houve maiores desdobramento. E na Universidade, quando cheguei aqui, no ano de 1968, aí sim, nós tivemos uma participação, uma militância muito forte no dentro do movimento estudantil, tanto no âmbito do curso de Serviço Social, da escola de Serviço Social, que fiz parte do diretório acadêmico, como também no movimento que houve na cidade naquele ano, bastante intenso. O ano de 68 foi um ano de muita efervescência política na cidade. Nós tivemos uma participação intensa já nos trotes, que eram feitos assim com uma participação muito grande dos estudantes, normalmente por cursos. Havia o trote de Medicina, o trote de Direito, o de Serviço Social. E o trote de Medicina foi um dos primeiros a ser reprimido pelo então governador Aluizio Alves, que combateu veementemente os trotes dos estudantes. Naquele ano, inclusive, houve o movimento dos excedentes de Medicina. Havia uma nota mínima, que alcançada, garantiria o ingresso na universidade, mas dentro de um limite de vagas. E naquele ano um bom número de estudantes alcançou aquela nota mínima, porém para além das vagas, foi quando fizemos parte de um movimento intenso, nas ruas, com manifestos, com caminhadas em defesa dos excedentes, mobilizando naquele período o então senador Dinarte Mariz que foi uma pessoa importante no apoio a este movimento e fruto deste

movimento dos estudantes, mesmo composições contrárias até aqui na UFRN, a própria reitoria, o então reitor Onofre Lopes e o colegiado superior alterou, inclusive, as regras de classificação dos estudantes, as regras do vestibular para que não se repetissem algo como o que aconteceu em 1968. Mas, fruto dessas lutas, acabamos conseguindo que – com a ajuda do senador Dinarte Mariz, que não era nenhum revolucionário, mas era um homem sensível a determinadas questões e que sempre que podia dava a mão aos que procuravam – 45 estudantes excedentes do curso de Medicina, foram para Manaus, para a Universidade Federal do Amazonas e conseguiram fazer seu curso de Medicina lá. Mas a reação da UFRN na época, através da reitoria, do colegiado superior foi alterar as regras do vestibular para que não houvesse mais excedentes a partir de então.

Carlos Gomes: Então o reitor Onofre aceitou a pressão de vocês e alterou o regulamento?

Justina Iva de Araújo Silva: Não, ao contrário. O reitor não aceitou, o colegiado se posicionou contra o ingresso dos estudantes. Depois de muita pressão, um grupo muito pequeno conseguiu ficar aqui, mas ainda havia 45 excedentes. Eram 105, salvo melhor juízo, ao todo. Houve a abertura de mais uma turma no curso de Medicina, mas sobraram ainda 45 e estes foram encaminhados à Universidade Federal do Amazonas com a ajuda do então senador Dinarte Mariz. Mas o que houve aqui no âmbito da UFRN foi uma alteração após este fato, das regras do vestibular para evitar que houvesse excedentes. A partir de então, não havia mais excedentes para evitar, portanto que algo semelhante pudesse se repetir. Naquele ano houve aqui também um fato muito sério, fruto da ditadura, consequência da ditadura militar a nível de Brasil: a União Nacional dos Estudantes foi extinta e foi criado pelo MEC o DNE (Departamento Nacional de Estudantes ou Diretório Nacional dos Estudantes). O movimento estudantil local, se contrapondo a isto, também as UEEs, foram extintas e nós ficamos com o DCE, mas não tínhamos espaço próprio. As reuniões dos estudantes aconteciam no restaurante universitário até que, em um determinado dia, a reitoria tomou a decisão de não mais permitir reuniões naquele espaço. Nós, estudantes de Serviço Social, de Direito, de Medicina. Medicina no período histórico era o curso em que havia posições dos estudantes mais avançadas, não é, Ivis? E direito chegou a certo período, a ser o

curso mais reacionário, embora depois também tivesse tomado outra atitude. Mas Medicina, Filosofia, Serviço Social eram os cursos no período que tinham uma vanguarda, digamos assim, no movimento estudantil. Mas nós tínhamos uma articulação, trabalhávamos muito juntos na reação dos estudantes a essa determinação da reitoria de não mais permitir no restaurante universitário que era ali na avenida Deodoro, as reuniões do DCE. Certa noite, os rapazes deram muito gentilmente um leve empurrão na porta do restaurante, abriram, pois tinha sido fechada para impedir as reuniões. No dia seguinte, a reação do reitor foi retirar todos os funcionários que faziam as refeições e os gêneros alimentícios, tudo foi recolhido. E nós ficamos 17 dias administrando o restaurante universitário. Nos dividimos da seguinte forma: um grupo ia às ruas solicitar os gêneros alimentícios nos armazéns, não havia supermercados como hoje, eram armazéns. Então o grupo pedia os gêneros alimentícios, outro grupo preparava os alimentos e, após as refeições, todos nós íamos para a cozinha, lavar a louça e guardar tudo. Mas o bom é que este era um tempo tão tranquilo, sem muitos estresses, sem violência, sem medo da repressão até então... Estava se instalando naquele momento, mas ainda assim por conta daquele processo tivemos essa penalização: 17 dias sem alimentação, sem ninguém para preparar. Nós mesmos assumimos isso, mas era uma coisa prazerosa, a gente preparava o alimento, pedia na rua, lavava a louça e no final da noite a gente se deslocava para a Praia do Meio, onde aconteciam as reuniões políticas, sentados na areia da praia. Sem nenhum risco, sem correr nenhum risco, portanto, tinham essas coisas que contrabalançavam e davam paz a gente ir à luta.

Carlos Gomes: A população foi receptiva ao movimento de vocês...?

Justina Iva de Araújo Silva: A população foi... Mas, certa vez, numa das caminhadas, nós estávamos subindo ali, na avenida Rio Branco, ali no baldo, quando de repente aparece um caminhão repleto de policiais. Aqueles caminhões que tinham um banco no meio do caminhão, com os assentos para os lados, para as laterais, cheio de soldados. E foi uma carreira grande. Minha atitude foi, chegando a avenida Rio Branco, sentei na cadeira de um engraxate, pois naquela época você tinha na rua vários engraxates, e disse para o moço: por favor, engraxe meu sapato rapidamente. Eu disfarcei, não é? A gente

tinha medo porque, embora a repressão não fosse tão forte ainda, a gente temia. Foi em 1968. E nesse mesmo dia, nós depois nos dispersamos, mas fomos todos para o restaurante universitário e minutos depois que nós estávamos lá dentro, fomos cercados pelo Exército. Ficamos lá um bom tempo sem poder entrar nem sair, até que com a chegada de algumas autoridades, a Igreja, a própria Universidade nesta hora foi lá pedir que nós fossemos liberados. Enfim, não houve maiores consequências senão a marcação de alguns nomes junto aos quartéis do Exército. Ivaldo Caetano era o nosso presidente.

Carlos Gomes: Ele esteve aqui com a gente.

Justina Iva de Araújo Silva: Sei que esteve. É tanto que eu acho que a minha contribuição não vai ser muito significativa depois de tantos depoimentos de pessoas ilustres que aqui vieram.

Carlos Gomes: Eu lhe pergunto: e depois que o restaurante foi fechado, foi reaberto em outro lugar?

Justina Iva de Araújo Silva: Foi reaberto lá mesmo. Mas, depois de 17 dias, a Universidade devolveu os funcionários e voltou a funcionar normalmente. Foi uma pequena parada de 17 dias.

[Inaudível].

Justina Iva de Araújo Silva: Olha, não era apenas para os residentes não. Vou ficar lhe devendo essa resposta. Eu não gosto de afirmar quando não tenho muita segurança, mas acho que era aberto para outros estudantes. Os que estavam lá e se serviam todos os dias... Os usuários habituais. Era lá na Deodoro. Era o doutor Onofre Lopes. Mas ele, ao mesmo tempo em que isto aconteceu, ele era uma pessoa que em determinadas horas tinha posições até louváveis, como foi o caso da prisão, dentro da reitoria, de Vanilda Paiva. O Exército tentou chegar até ela dentro da reitoria, para levá-la presa e ele disse: “Daqui não leva. Essa casa há de ser respeitada enquanto reitor eu for, ninguém leva

nenhum de nós aqui preso, por questões políticas.” As pessoas têm posturas – todos nós, quiçá – contraditórias, não é? Mas era um homem que... Era um conservador, mas tinha também suas posturas dignas em algumas ocasiões. Enfim... Ele tem também um legado muito grande nessa cidade, no campo da UFRN.

Carlos Gomes: Foi testemunha de vários estudantes. Quando iam prender, ele dizia: “Não, não permito. Mas ele vai se apresentar”. E quando eles iam se apresentar, eram presos. Aí ele se sentia na necessidade de ser testemunha.

[Inaudível].

Justina Iva de Araújo Silva: É verdade... Ah, consta meu nome? Eu pensei que não estivesse registrada em lugar nenhum. É, mas a prisão desses estudantes não foi apenas por esse fato isolado. É porque eles eram acusados de pertencer a partidos, de propagar a subversão, era questão ideológica. Vários motivos. No meu trabalho, que é sobre o movimento estudantil, o capítulo em que eu abordo a repressão ao movimento estudantil (o último). Ele não foi publicado no livro, o livro está aí (estudantes e política). Essa parte não foi. E aí, por que não foi? O editor, Cortez, alegou na época que ia ficar muito grosso, muito caro e ia dificultar a venda. Mas na verdade creio que não foi apenas isso, porque também Cortez foi vítima da ditadura. Ele foi afastado da Marinha, foi um dos militares punidos pela ditadura. E como editor, ele estava tratando da repressão em 1988. Eu imagino que ele avaliou que ainda não era o momento para publicar um trabalho que tratasse desse tema. Mas eu deixo à disposição para reprodução, é o último capítulo, você pode ver aqui no sumário. Então não está publicado porque trata exclusivamente da repressão e suas sequelas. Você vai encontrar, inclusive, estudantes que quando você vai ver o inquérito diz assim: preso por suposto envolvimento em movimentos subversivos, suposto envolvimento em tarefa subversiva, quer dizer, bastava suporem já mandava prender, quer dizer, coisas absurdas. Outro: preso porque pertencia a juventude estudantil católica. Laly Carneiro, uma das acusações que pesa sobre ela é esta.

[Inaudível].

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: A JUC nesta época, neste momento, foi a partir desse momento.

Carlos Gomes: O depoimento da professora Maria Laly não dá a compreensão de que ela era militante política não, pode ter se sido até depois. Me parece que ela foi uma grande vítima. Era uma pessoa vinda do interior...

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Ela, como estudante, foi militante. Ela participou de um grupo... Não foi de partido. Mas é exatamente isso que eu queria dizer aqui. Alegavam participação em atividade subversiva. Isso era um eufemismo. Aqui em Natal não houve guerrilha, não houve movimento armado... Todos os processos que houve aqui eram crime de opinião em que se usava a subversão. A expressão “guarda-chuva” que também era uma coisa muito vaga: “subversão da ordem”. Era tudo crime de opinião e, só para complementar aqui, essa indagação do professor Carlos, Laly como todo aquele grupo, ela é contemporânea de todo esse grupo: Ginani, Geniberto, Arruda, Josemar, Marcos Guerra... Desses a maior parte eram originários da JUC, todos esses aí. Eles participaram dessa transição da JUC que era católica, e conseqüentemente a maioria dos membros da Igreja Católica eram mais conservadores, eles não eram conservadores, mas também, ideologicamente, não estavam ainda à esquerda e foi uma evolução dentro do movimento estudantil. E não é por outra razão que a JUC foi esvaziada e acabou-se. Ainda tinha a JOC (Juventude Operária Católica), a JAC, mas a JUC acabou porque todos foram para a Ação Popular (AP) que era só AP e depois se transformou em ação popular marxista-leninista que essa sim, era uma organização armada.

Justina Iva de Araújo Silva: Inclusive a AP, durante certo momento, teve hegemonia no movimento estudantil, bem nesse período.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Já debatemos isso aqui. A maioria dos presidentes da UNE no período eram da Ação Popular e aqui na UEE eu fui o penúltimo presidente que não era vinculado nem ao Partido Comunista nem a Ação Popular e o meu sucessor que foi Ademar de Medeiros Neto também. Mas a partir daí já foi Marcos

Guerra, que era AP.

Justina Iva de Araújo Silva: Então esse período era crime de opinião e outro tipo de crime que não era nem opinião. Os que visitavam a casa de doutor Vulpiano Cavalcanti eram indiciados como subversivos pelo fato de irem visitá-lo.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: O próprio Vulpiano Cavalcanti, na visão deles, estava cometendo crime de opinião porque ele não tinha nenhuma atividade subversiva aqui, era membro do Partido Comunista, mas não tinha nenhuma atividade.

Justina Iva de Araújo Silva: Visitá-lo já era uma razão para ser incriminado como subversivo, uma simples ida a casa dele.

Victor Darlan: Justina, sobre os militares. Você falou dos militares... Eu tenho lido algumas fontes informativas, de esquerda, que às vezes pondera em relação aos próprios militares. Eles relembram que na época do golpe e depois, tinha um grupo de militares, eram os militares legalistas, que não eram mentes revolucionárias, mas diante do fascismo que os militares se prontificaram a fazer com o nosso país, eram contra ao golpe militar e tentaram a todo o custo impedir que isso acontecesse. E até algumas Comissões da Verdade do país têm solicitado a presença dos militares que foram perseguidos pelos seus pares. Agora, voltando com relação a Onofre Lopes: você tem algum outro exemplo em memória de atitudes de Onofre como esse episódio do RU, do restaurante universitário?

Justina Iva de Araújo Silva: Atitudes dele?

Victor Darlan: É, pelo que foi colocado aqui, Onofre Lopes era uma figura que em muitos momentos era um cara que mordida e em outros momentos assoprava.

Justina Iva de Araújo Silva: Eu me lembro desse fato da professora Vanilda, e Carlos Gomes colocou que também outras pessoas poderiam ter sido presas lá dentro da

reitoria e ele não permitia, embora dissesse “eles terão que se apresentar”, mas, ao mesmo tempo, ele ia lá testemunhar em favor dessas pessoas.

Carlos Gomes: Eu acho que havia a promessa de se apresentar para depor, mas aí quando eles prendiam, ele sentia que havia uma espécie de traição. Então ele ia fazer a defesa. Há depoimentos nesse sentido. O próprio Francisco Ginani...

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Pelo que eu entendi, ele tá perguntando por que ele solicitou a abertura de um inquérito ao sistema de segurança.

Victor Darlan: O que se escuta bastante em relação ao professor Onofre Lopes é que ele teve algumas posturas em contribuição à repressão e não me assusta esse depoimento acerca do episódio do RU. Minha pergunta é se há em sua memória algum outro nessa linha.

Justina Iva de Araújo Silva: Não... Tem até uma frase muito propagada dele que, quando alguém se insubordinava ou não acatavam uma ordem sua de qualquer natureza. Ele dizia: “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, com isso traduzia-se o autoritarismo dele porque era uma pessoa assim muito incisiva, muito determinada. Eu não tive nenhuma convivência maior com ele, senão nesta época do movimento do restaurante, que nós inclusive fomos à reitoria, em passeata, protestar contra a atitude dele, mas não houve nenhum ato repressivo dele em relação ao grupo. Apenas não fomos atendidos, depois de um longo tempo, vencidos até pelo cansaço, voltamos ao restaurante.

Juliano Siqueira: Posso fazer uma pergunta? Estivemos no restaurante universitário todos os dias e todas as noites durante o processo de ocupação. Eu era estudante do primeiro ano do curso de Direito, mas já tinha chegado à condição – por articulações políticas da própria esquerda, obviamente – nem por merecimento. Eu era assessor cultural do DCE, e o presidente Ivaldo Caetano e você o D.A de Serviço Social. E quando nós chegamos a reitoria, a polícia estava nos esperando.

Justina Iva de Araújo Silva: Mas houve repressão?

Juliano Siqueira: A polícia estava nos esperando, então obviamente que nós fugimos das baionetas porque nós estávamos inteiramente desarmados, fomos lá desarmados. Eles estavam de baionetas e receberam a ordem de marchar com elas apontadas em nossa direção. Nós dispersamos, entramos ali na Hermes da Fonseca e improvisamos uma passeata... Mas foi uma passeata produzida pela fuga porque pessoas que vão para uma negociação são recebidas com pontas de baionetas, obviamente que a polícia não chegou lá por acaso, obviamente foi convidada. Também tem outro fato, alguns colegas nossos – vou citar o nome de um que lamentavelmente não está mais entre nós, Jaime Ariston Araújo Sobrinho, estudante de Sociologia e Política, professor Spinelli, a quem devo inclusive uma carona, uma dormida e um café da manhã – em plena ditadura militar, logo depois que eu saí da prisão, ele correndo todos os riscos... Para participar de uma reunião em Recife. Você deve estar muito lembrado dessa noite, de madrugada... Foi uma espécie de cobertura, a gente estava começando um processo de reorganização. 1975. Um ano bastante perigoso, como muitos outros foram, mas esse foi um ano depois do golpe... Me lembro bem que você foi meu companheiro de viagem, me levou à casa de seus familiares, lá eu dormi. Fui bem recebido, educadamente recebido, civilizadamente recebido, tomei café e parti para uma reunião que você nem sabia qual era. Você assinou um cheque em branco para mim, mas obviamente não houve nenhum “dedurismo” posterior. Essa história talvez esteja sendo revelada publicamente pela primeira vez hoje aqui, e meu agradecimento público ao seu comportamento que naquele instante foi uma atitude de coragem. Hoje seria uma coisa banal, mas naquele momento era uma atitude que dignificava a pessoa humana. Mas o nosso companheiro Jaime Ariston foi ameaçado de morte e inclusive eu também e nós tivemos que entrar na clandestinidade antes do AI-5 e a ameaça de morte, quem a dirigiu contra nós, do diretório central dos estudantes, Jaime era também assessor do DCE, apesar de ser aluno da Faculdade de Sociologia e Política, que na época não era da Universidade e sim da Fundação José Augusto, quem dirigiu foi o filho do reitor, um dos membros mais ativos e considerado o melhor atirador do CCC, aliás provou há pouco tempo que é um bom atirador, a crônica policial da cidade sabe disso.

Justina Iva de Araújo Silva: A esse propósito, esta informação eu não tinha e, portanto, eu não informo aquilo que não conheço, conseqüentemente, eu nem poderia...

Juliano Siqueira: Mas você que teve um momento em que nós ficamos na clandestinidade?

Justina Iva de Araújo Silva: Sei, claro. Mas sobre o filho dele, sobre essa ameaça de morte...

Juliano Siqueira: É porque houve até um processo – que eu acho até atrasado – de personalizar a luta. A nossa luta não era contra a figura, o CPF, o registro civil de ninguém. Outra coisa, toda vez que o movimento estudantil reivindicava, assumia o vice-reitor. Lembra quem era o vice-reitor? Dr. Otto. Porque o reitor dizia que não tinha saco para conversar com arruaceiro, baderneiro e comunista. Então o dr. Otto chegava inclusive a chorar nas suas reuniões conosco, pelo seu próprio estilo, pelo seu jeito. Você é testemunha disso. Ele sempre assumia nas horas mais difíceis, não é verdade?

Justina Iva de Araújo Silva: Verdade.

Juliano Siqueira: [Inaudível]. A atitude assim mais conservadora do professor Onofre Lopes foi que em 1964 ele instaurou uma Comissão de Inquérito para investigar as atividades subversivas de alunos, professores e servidores. Em alguns momentos, ele poderia até ter posicionamentos mais progressistas com os alunos, mas em outros ele se mostrava bem a favor, alinhado com os militares. É isso.

Patrícia Wanessa de Moraes: Também gostaria de contribuir com a sua pergunta. Aqui na nossa comissão, só retomando, nós enfrentamos, de certo modo, um impasse em relação à figura de Onofre Lopes, que eu julgo desnecessário por uma questão que a professora Justina colocou: as pessoas têm uma trajetória incoerente. Ninguém é necessariamente coerente a vida toda, as situações obrigam as pessoas a tomarem atitudes que de certo modo são contraditórias. Em relação a Onofre Lopes, têm algumas

iniciativas que são louváveis em relação a ele. Hermano Machado juntamente com Geraldo Queiroz noticiaram que eles foram aprovados em um concurso, mas aguardaram serem chamados mas não foram e procuraram o reitor e o reitor disse o seguinte: “não, aqui tem uma ficha da ASI recomendando não contratá-los, mas quem manda nessa universidade sou eu”. Tem também outras situações em relação aos alunos de medicina. Pessoalmente... Não faz o menor sentido querer julgá-lo mau ou bom, mas, no caso da situação da contratação desses professores, acho que isso foi mais um traço do autoritarismo dele, quando ele dizia – “A ASI não manda aqui, quem manda nessa universidade sou eu” acho que ele, antes de ser alguém bom e digno – o que não contradiz – ele estava se afirmando como alguém que...

Juan Almeida: Essa ordem não veio da ASI, foi de uma instância superior, do MEC...

Patrícia Wanessa de Moraes: Mas mediado pela ASI.

Carlos Gomes: Você terminou seu curso quando?

Justina Iva de Araújo Silva: Ele está me perguntando quando terminei meu curso. Meu curso eu terminei em 1971. E ainda como estudante, para vocês terem uma ideia da pressão que nós sofríamos, na verdade no pós 1964 e 68 então com o AI-5, no final do ano e os anos subsequentes, todo o propósito de todas as medidas – o decreto 477 – era silenciar os estudantes, para impor o silêncio, para ninguém criticar o regime... Quando nós assumimos, Dermi Azevedo, o nosso colega, uma pessoa fantástica, que certamente vocês já o conhecem através da história. Ele foi preso, teve que se refugiar, depois saiu do país e eu assumi a presidência do diretório. Foi naquele momento que a gente fez a mudança para o nome “Dom Helder Câmara” e houve toda uma pressão, aconselhamento, que era uma estratégia muito usada pelos diretores de escolas, pelas autoridades educacionais. Aconselhamento era na verdade uma lavagem cerebral que nos faziam para que nós não pusessemos o nome “Dom Helder Câmara”, porque não iríamos ficar visados pelas forças militares, pelo regime. Então essa foi uma das coisas que a gente enfrentou. Consequentemente depois que me formei, em 1971, fui para o Rio, fiquei um ano. [Inaudível] Escola de Serviço Social. Pertencia, na verdade, ao

patrimônio era da Igreja Católica, foi fundada pela Igreja, mas era agregada a UFRN. Como que ela passou a pertencer a UFRN? Ela foi incorporada a partir de um movimento bastante intenso que nós fizemos em 1969. Fizemos um movimento em toda a cidade, junto a todos os cursos universitários e todas as faculdades, para conseguir que a escola fosse federalizada porque ela era privada, os alunos pagantes e chegou um momento em que estava difícil para nós alunos, continuarmos pagando. Fizemos esse movimento e tivemos a parceria de mãos dadas com todos os cursos da universidade. Conseguimos a federalização, inclusive, no momento em que governava a Junta Militar. Foi até um momento para nós inesquecível porque, na noite em que foi anunciada a federalização do curso de Serviço Social, da escola de Serviço Social, estava aqui Martinho da Vila, estava no hotel Reis Magos que era o grande hotel da época. E o maior sucesso dele era “o pequeno burguês” e nós no outro dia fomos lá. Eu era presidente do Diretório, juntamente com a diretora da escola – professora Maria das Dores Costa – e com Lourdes Varela, uma professora de psicologia muito combativa, os professores aqui conhecem. E conseguimos trazer Martinho da Vila a despeito da recomendação de seu assessor de que ele não podia receber sequer uma ligação telefônica. Nós conseguimos por telefone falar com ele e ele veio imediatamente, comemorou conosco por uma hora, sem cobrar nada, na frente da escola naquele momento. Então foi uma luta importantíssima porque muitos alunos estavam deixando o curso porque não tinha capacidade de pagar. Mas isso sem agredir, mas sem atirar pedra, sem xingar, mas de forma dialogada e articulando com os estudantes, também os professores nos apoiaram, uma coisa importante. Em 1971 eu me formei e fui para o Rio fazer uma especialização no Ibrades (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social), dos jesuítas, era um curso de desenvolvimento nacional durante um ano. Ao retornar me candidatei a professora na Universidade, em 74. Em 73 eu fiz o concurso, era uma só vaga e eu também fui monitora de política social, Juliano, mas não fui remunerada. [Inaudível] Quando eu fui fazer a inscrição houve um fato muito curioso – não sei se tem a ver com a militância política, com essa história – duas professoras do curso de serviço social se aproximaram do local em que eu estava fazendo a inscrição e também outra professora, uma candidata já professora da UERN, do curso de Serviço Social da UERN e as duas colegas aqui do Serviço Social me abordaram dizendo: “olha, essa daí é uma forte concorrente. Há dez anos que é professora da disciplina Política

Social” (que era a disciplina para a qual estava me inscrevendo), “domínio de classe é só quem tem”... Era como se fosse assim jogar um balde de água gelada: desista, você não tem chance. Outra candidata era sobrinha de Dom Nivaldo Monte, uma terceira era sobrinha de um deputado pernambucano, que tinha uma deficiência física. Deputado federal... Então só tinha candidatos com aspectos positivos assim e contra mim tinha o fato de ter sido sempre combativa, militante, não submissa a determinações ou ordens. As provas não eram identificadas, professor Juliano, a prova escrita era destacada, ninguém sabia quem era quem. Mas uma das pessoas da banca anunciou, antes da prova escrita, que eu teria sido reprovada e outra candidata teria sido primeiro lugar. Na prova oral tudo foi feito para fortalecer ainda mais o resultado da minha opositora, não opositora, concorrente. Mas o fato é que quando pegaram os papezinhos para colar na prova, viram que a aprovada tinha sido eu. Houve algo nesse sentido. Prefiro acreditar que não houve má-fé e sim uma mera coincidência de entender que a minha prova tinha sido a dela e a dela tinha sido a minha. Esta candidata fortíssima (digo isso até para encorajar os estudantes que forem disputar ainda uma vaga como professor) foi reprovada na prova escrita. Que há dez anos dava aula tinha domínio de classe... E eu acabei também sendo a primeira colocada. Ganhei e levei. Mas logo depois como professora, eu chego aqui em 1974, no segundo semestre sou convidada para fazer primeiro curso de extensão cultural da mulher brasileira, pela ADESG (Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra)... E aí fui aconselhada pelas minhas colegas “você não deve dizer não”, eles já estão lhe convidando, não por acaso. Porque eu fui a escolhida do curso de Serviço Social, como professora, para fazer este curso. E vocês não imaginam... Você que tinha toda uma história de enfrentamento com a repressão, às forças militares... Eu era uma pessoa que tinha ojeriza a militar. Eu que fui também laureada como melhor aluna de Serviço Social e quem coloca aquela comenda, aquela medalha na minha blusa... Porque na época a gente recebia – era a formatura única, 1971 – ali em frente a onde hoje está a Secretária de Tributação, SESC, aquela praça... e aí quem coloca, eles colocavam cada aluno premiado, o melhor aluno laureado e quem coloca a minha, na minha beca: um militar! Quase que eu devolvia para ele. Mas o fato é que sou convidada para fazer esse curso da ADESG e fui orientada pelos meus professores a não recusar porque poderia ser ainda uma consequência dessa militância no movimento estudantil, conseqüentemente eu tinha sido escolhida e recusar poderia

ser um risco. Agora imagine ver um Coronel do Exército dando aula, com a revista realidade na mão, mostrando a foto de um estudante morto nas ruas do Rio de Janeiro, assassinado e ele dizendo que aquilo era uma simulação, que os estudantes se jogavam nos pés dos militares para dizer que tinham sido assassinados. E você ouvir isto sabendo que não era verdade, mas sem poder, por precaução, contestar. É uma outra atividade, que nós tivemos naquele curso, foi passar uma tarde inteira aqui no goiabão, numa sala de aula, vários grupos, para encontrar um nome adequado para a dona de casa, um nome desceite, um nome para a mulher que não tinha tarefas para além da casa, não podia ser chamada “dona de casa” que isso era depreciativo, então a gente tinha que encontrar um nome técnico adequado e nós encontramos “administradora do lar”. Você tinha toda uma história, ter que ouvir isto, participar disto, sem poder nessa altura perder o cargo de professora não era uma coisa simples para quem não tinha outra coisa, gostava do que fazia e tinha lutado por isto, não é? Mas o fato é que neste período de 1968 até 71 nós tivemos vários colegas que foram prejudicados perseguidos, torturados e até mortos. Acho que isso já foi citado aqui, não tem muito porque repetir, mas eu queria destacar particularmente o caso do nosso colega Emanuel Bezerra, que era uma figura extremamente ativa, não era da Universidade mas era da Faculdade de Sociologia e Política, totalmente identificado com as nossas lutas, uma liderança fantástica teve um papel muito importante, inclusive como presidente da Casa do Estudante naquele momento da luta dos excedentes, ele foi a Brasília para tentar ajudar nesse processo. E que foi, infelizmente, brutalmente torturado e morto em Recife, chegou a ler a própria notícia da morte dele. Ele teria morrido no combate em São Paulo, publicado na Folha de São Paulo e levaram para que ele lesse a própria notícia da sua morte. Isso deve ser terrível, ninguém tem ideia. E teve várias partes do seu corpo, conforme declarou em 1983 a presidente da UNE, num depoimento no tribunal Tiradentes, em São Paulo, teve várias parte do seu corpo extraídas, brutalmente, arrancadas. Portanto, tortura que só em pensar a gente sente dores. Por quê? Porque defendia a Democracia, porque combatia a ditadura, porque queria liberdades. Enfim, tudo que nós hoje queremos e estamos indo às ruas pedir. Então essa é uma história extremamente dolorosa e a gente lamenta que essas pessoas que agiam dessa forma continuem impunes. Mataram, torturaram e nada sofreram.

Carlos Gomes: Justina, e quando você já professora aqui...

Juliano Siqueira: Professor, deixe-me voltar um pouquinho atrás para o nosso tempo de estudante.

Carlos Gomes: Pois não.

Juliano Siqueira: A gente como estudante tem um episódio importante. Você se lembra da nossa grande manifestação, acho que foi a maior manifestação que houve em Natal. Obviamente que quando houve o enterro do prefeito Djalma Maranhão – eu não pude participar até porque estava preso – dizem que foi uma grande manifestação popular, muita gente acompanhou e tal. Mas a primeira grande manifestação depois do golpe militar de 1964... Você deve estar lembrada, pois você participou, lembro bem da tua presença, a tarefa das meninas, das companheiras, era colocar o fumo preto das pessoas, foi a missa de Edson Luís? Você se lembra de todo o processo que a gente atravessou até aquela missa, se lembra quem rezou a missa, os padres... Vou falar aqui e quero que você me confirme ou não. Dom Nivaldo Monte foi uma pessoa... Naquele tempo a Catedral ficava ali, na velha Catedral, na André de Albuquerque e foi lá a missa. Se ele não cedesse o espaço não seria lá. Então citar Dom Nivaldo.

Carlos Gomes: Em frente ao QG.

Juliano Siqueira: Exatamente. No dia da missa, o QG tinha sacos de areia de quase três metros de altura e metralhadoras apontadas para a Igreja. Imagine que coisa! Freud explica, talvez a loucura fascista. Nós não queríamos fazer a missa do Edson Luís, até porque ia ser um culto ecumênico, participou o pastor Nivaldo, Pe. José Luís, não existia rabino aqui etc... O nosso querido amigo, que era presbítero da I Igreja presbiteriana, que ficava na João Pessoa. Professor Machado, falecido, também participou representando os evangélicos, mais um representando os evangélicos. Nós queríamos fazer no Palácio dos Esportes, que já não se chamava mais Djalma Maranhão, tinham arrancado o nome dele. E o prefeito de Natal à época era o atual

deputado Agnelo Alves. E o chefe da casa civil era o atual ministro da previdência, o senador Garibaldi Alves Filho. Por sinal, talvez o mais jovem chefe da casa civil no Brasil, naquela época. Ele devia ter 19, 20 anos de idade. Nunca houve ninguém naquela idade na chefia duma casa civil. Ele fazia o primeiro ano de Direito juntamente comigo, eu não frequentava as aulas porque fazia política. Ele não frequentava porque não precisava... Mas era mais velho que eu um ou dois anos. Eu tinha 18, ele devia ter 20, no máximo. Mas ele era o chefe da casa civil. Aliás, temos a mesma diferença até hoje. E o prefeito nos negou o palácio dos esportes para fazer a missa de Edson Luíz. À época o partido ao qual eles eram filiados era a Arena, só que no Rio Grande do Norte existiam duas Arenas, tinha uma verde, muito coerente com o verde da cruzada da esperança, tinha uma vermelha, nada a ver com a tradição histórica do vermelho, que era ligada aos seguidores do senador Dinarte Mariz. Você sabe desse fato, não é? Que o palácio dos esportes nos foi negado? É verdade isso. E que a gente fez na catedral e para nossa surpresa, a gente tinha um megafone. Esperávamos no máximo duas mil pessoas, tinha gente saindo da Catedral e já tinha gente no DCE, que ficava no começo da Deodoro. Quase vinte mil pessoas se mobilizaram naquele dia. Foi uma manifestação que nos assombrou. Mas é bom deixar bem claro o seguinte: muita gente pensa que a ditadura no Rio Grande do Norte foi uma operação kardecista. Não tinha seres vivos representando a ditadura, talvez o estado que tenha o maior ajuntamento por metro quadrado de democratas no Brasil ou pedaço de terra na face da terra seja Natal e o Rio Grande do Norte. Ninguém aqui participou da ditadura, todo mundo sempre foi democrata, ninguém representou nada. Só queria citar um fato: o Conselho Universitário desta Universidade, em 1964, com exceção de um voto de um de seus membros, que por isso foi afastado do conselho, concedeu o título de “doutor honoris causa” ao ditador Castelo. Só teve um voto contrário, para o meu orgulho, o do meu pai. Terminada a votação, no outro dia, saiu um ato da reitoria afastando-o do Conselho. E ele foi substituído por um Sargento torturador que terminou sendo reitor da universidade. Vocês já sabem a quem me refiro, não quero citar o nome em respeito aos presentes. Desde os primeiros dias deram a Castelo Branco o título de doutor *honoris causa*. Agora eu queria saber em que disciplina ele recebeu esse título para o pessoal fazer um levantamento crítico e no mínimo retirar. Alguns figuras entraram para a Academia de Letras, por exemplo, Getúlio Vargas como ditador, entrou... Era Estado

Novo. Agora entrou Fernando Henrique Cardoso, escreveu alguns livros, sem dúvida nenhuma. Entrou aquele, Percival, Marival, no lugar de Antonio Torres, um dos maiores escritores do Brasil. Mais três presidentes entraram na academia. Sarney é da Academia. Escreveu o livro “maribondo de fogo”. Eu tenho até medo do nome, levar uma picada do maribondo não é uma coisa agradável. Obviamente que eu jamais vou ler um livro com esse nome. Além de ser maribondo, ainda é de fogo. E do ponto de vista literário deve ser pior ainda que o título. Deram um título de *honoris causa* a Castelo Branco. Agora precisa saber quem deu.

Victor Darlan: Juliano, você tem a cópia desse ato, o boletim da Universidade?

Juliano Siqueira: Não, não tenho. Porque nessa época eu tinha apenas 14 anos de idade, ia fazer 14 anos em 64. Eu soube através do meu pai. Eu soube por uma questão muito triste. Porque professor universitário ganhava pouco. O membro do Conselho, na reunião tinha um “jetom”. Meu pai, desculpe a expressão, ficou puto da vida por duas coisas. Primeiro, porque foi o único a votar contra e depois porque além de votar contra, perdeu o cargo. Obviamente, foi a decorrência. E o substituto foi o último que desejava. Assim como na Academia ele foi substituído por um dedo-duro. Quem substituiu meu pai na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, na a qual ele nunca queria ter entrado, entrou na marra pela amizade que tinha com Otoniel e Veríssimo de Melo, entrou Itamar, que foi o homem que denunciou Rinaldo. Quem aplicou o 477 em Rinaldo Claudino de Barros, que hoje talvez seja amigo dele, pelo que está expondo nos jornais, deve jogar no mesmo time hoje. Itamar era fascista confesso, ligado aos padres que faziam o jogo da TFP na zona canavieira de Pernambuco.

Justina Iva de Araújo Silva: Juliano, você sabe que Itamar não só aplicou como provocou. Você sabe como começou aquela história. Iria acontecer uma eleição para o diretório acadêmico e ele, Rinaldo, na sua sala e propôs que Rinaldo apoiasse o nome de um estudante que era supostamente de esquerda, mas que iria fazer o jogo da direita, o jogo dos militares para colherem informações. Um agente infiltrado. E aí Rinaldo fez um documento denunciando, reuniu o diretório, pensou em, segundo ele me relatou quando o entrevistei para o meu trabalho, pensou em ir em todas as salas, antes fez uma

reunião no diretório e os colegas decidiram que ele deveria denunciar por escrito e ele assinando o documento, não como diretório, tamanho era o medo. Então de fato ele fez isto e conseqüentemente veio o 477 e toda aquela situação que foi gerada.

Juliano Siqueira: Diretório Josué de Castro, que nós reerguemos depois. Na época você já era professora da Faculdade, quando nós reorganizamos o diretório. Eu, João Gualberto, Pedro Vicente etc... 1975, 76... Você, o Alfredo que eram professores. A gente já tinha bons professores, professores com posicionamentos avançados e já existiam estudantes, mesmo ex-presos políticos que já estavam reorganizando o movimento, movimento de anistia e tal. Tivemos uma boa diretoria, uma articulação muito próxima com o Cine-Clube Tirol, projeção de filmes etc. A campanha de anistia lá dentro, fazendo reuniões... Houve um grande avanço, 76 basicamente. Até candidatura de Sergio Dieb, para vereador, que passou por lá. Ele como estudante de sociologia também, ele fazia arquitetura e sociologia.

Patrícia Wanessa de Moraes: Só acrescentando, na época o Pe. Itamar não só denunciou Rinaldo. Na lista tinham outros alunos que conseguiram serem absorvidos. Um deles foi Willington, outro foi Antônio Alfredo. Foram acusados de serem agitadores de sala. Foi Willington ou foi Alfredo – preciso confirmar – que disse aqui que saiu de sala em sala procurando todos os professores e esses professores assinaram um termo atestando bom comportamento e por conta disso foram absorvidos. Rinaldo acabou porque era o líder e elaborou o documento, mas por ele [Pe. Itamar] teriam sido quatro ou cinco.

Justina Iva de Araújo Silva: Com relação a Itamar, e aí tem um fato muito curioso, quando aluna ainda do Curso de Serviço Social, nós tínhamos um professor de Filosofia, o saudoso Pe. Barbosa. Era extremamente competente, responsável como professor. E muitos alunos estavam com dificuldades, estavam com notas muito baixas, eu tinha sempre uma nota muito alta com ele. Os alunos fizeram um movimento para substituí-lo e veio Itamar de Souza. Foi a única nota perdida que eu já tirei na minha vida foi com Itamar de Souza. Ele conseguiu me dar um 2,0 em filosofia. Mesmo assim, eu passei por média porque já estava com as demais notas suficientes. E com relação ao

filho do doutor Onofre Lopes, quando eu fui candidata à reitora em 1986, primeira eleição direta aqui... Já tinha uma experiência docente. Ele espalhou lá no campus de medicina, no campus biomédico – e eu disputei com Daladier da Cunha Lima, candidato, portanto médico lá da área. E ele espalhou lá, chegou a dizer que eu era a representante da KGB no Brasil. Imagina... como pensava ele. Espero que tenha mudado de opinião.

Patrícia Wanessa de Moraes: Ele fala pelos cotovelos. Na entrevista do programa memória viva e ele fala dos estudantes numa forma muito preconceituosa, Itamar de Souza. “Os estudantes eram tudo ‘emacanhado’. Eles acordavam uma coisa comigo, mas depois que fumavam maconha iam para o movimento”. Mudava tudo de figura. Em resumo ele quis dizer que o que impelia os estudantes para o movimento estudantil era a maconha. Quis dizer que as pessoas iam de acordo com ele, mas depois que se drogavam mudavam de opinião.

Justina Iva de Araújo Silva: Que absurdo. Naquela época eu nem sabia que maconha existia.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Eu tenho um testemunho em casa, porque tenho uma irmã que foi aluna, tinha posições políticas, mas nunca foi uma militante nem nada. E ela me relatava uma coisa extraordinária mesmo, ele era terrível na direção da escola.

Justina Iva de Araújo Silva: Acho que nem a Igreja aguentou, o mandou embora.

Carlos Gomes: Justina, os movimentos, depois que você entrou aqui teve uma porção de movimentos interessantes.

Justina Iva de Araújo Silva: Eu entrei aqui em 1974 e no curso de Serviço Social nós conseguimos, logo depois...

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Chegou aqui em 1964?

Justina Iva de Araújo Silva: 1974, como professora. Algumas conquistas a gente conseguiu aqui na UFRN. Uma delas foi a escolha de gestores pelos pares. Até 1982, chefes de departamento, diretores de centro e o reitor não eram eleitos pela comunidade, eram escolhidos pelos colegiados. A primeira eleição direta para eleição de um chefe de departamento se deu exatamente no curso de Serviço Social, quando eu disputei, nós conseguimos. A partir daí o CCSA teve um papel muito importante, era o centro mais articulado no campo dos gestores e dos professores. E nós conseguimos em 1985 fazer um movimento aqui chamado “Movimento de Emaús”. Nós começamos a discutir a descentralização orçamentária financeira, a democratização da gestão na Universidade. Esse movimento surgiu no CCSA, mas depois os demais departamentos e centros foram envolvidos. E nós elaboramos o estatuto da Universidade, que na época era o reitor Genivaldo Barros. Ele nomeou uma comissão para reelaborar o estatuto da universidade e nós nos articulamos de modo que fizemos os representantes dos colegiados nos centros e este documento que foi elaborado por uma comissão, a gente previamente se encontrava, os representantes do CONSEPE, e trabalhava os artigos que deveriam ser votados na reunião seguinte do conselho superior. A gente formatava uma nova proposta e assim conseguimos que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte tivesse o estatuto considerado como o mais avançado de todas as instituições públicas do Brasil. E também lutamos muito para que a eleição do reitor não fosse apenas uma deliberação do colegiado, mas que a comunidade universitária passasse a participar ativamente no processo. Eu lembro que na eleição de Genivaldo Barros nós fizemos um corredor. A escolha se deu pelo colegiado, na biblioteca, e nós, os militantes desse movimento, chamado “movimento de Emaús” porque nós nos reuníamos na casa das freiras, para os trabalhos. Fazíamos dois, três dias. Nós ficamos na frente da biblioteca, fizemos aquele corredor polonês. Com faixa, com cartazes e quando os conselheiros iam entrando, a gente pedia o apoio para que não mais fizessem a escolha de forma indireta e fruto desse movimento, Aluízo Alberto, Dinarte Aeda, Manoel Lucas, Ivonildo Rêgo, foram pessoas fundamentais nesse processo. Maria Pepita, Denise Felipe, já falecida, foram pessoas que tiveram uma participação muito importante. Professor Waldson também. Mas nós alteramos muito a proposta inicial porque a gente já vinha de forma

organizada, discutia previamente, articulava os colegas conselheiros e votávamos. Em geral, a gente conseguia aprovar as modificações. Disto resultou também a descentralização orçamentária. Isso se deu a partir deste movimento. Até então os centros não tinham autonomia financeira, eles tinha que pedir repasse dos recursos à reitoria. A partir deste movimento, conseguimos a democratização da gestão. Em 1986, houve a primeira consulta direta à comunidade para eleição de reitor. Eu fui candidata, eram quatro chapas. Houve uma série de erros nossos, a primeira experiência. Uma delas foi fazer a eleição no dia do encerramento da campanha para governo do estado, em que disputavam Geraldo Melo e João Faustino, com uma carreata em Natal. A gente fez a eleição nesse dia. Se bem que fruto de uma greve de ônibus na primeira data em que a eleição foi marcada. Adiamos para um segundo momento, coincidindo com o encerramento da campanha de Geraldo Melo. Isso foi lembrado pela professora Ceíça, eu já não lembrava. Ela me apoiava. Nós fizemos a campanha. Daladier estava substituindo Genivaldo. E, para nossa surpresa, o que verificamos aqui naquele primeiro momento, é que foi frustrante a experiência: se repetia aqui as mesmas práticas reprováveis que acontecem no campo da política partidária. Compra de votos, ameaças, promessas, proselitismos de toda ordem. Eu lembro que no dia da eleição – não sei se Daladier ou seus apoiadores – ofereceram um café da manhã para todos os vigilantes e o pessoal de apoio. Ou seja, eles primeiros tomavam café da manhã para em seguida irem votar. Mas, na verdade, nós cometemos vários nomes. Eram quatro chapas, sem ordenamento, seis nomes para reitor, seis para vice, sem ordenamento nenhum. Duas iriam para o segundo turno, as mais votadas e o mais votado de cada chapa seria, portanto, o cabeça de chapa no segundo momento. E eu consegui ser o cabeça de chapa no meu grupo e Daladier na chapa dele. Então fomos disputar. Eram quatro chapas: tinha Adilson Gurgel, Jaime Mariz, Daladier. E a nossa que tinha João Felipe, Ivonildo, eu estava, Dorinha, Jacira Godim e outra pessoa. Éramos seis. Por isso que eu digo, as práticas se repetem. Tinha um pró-reitor, já falecido, que eu prefiro não declinar o nome, que se encarregou de divulgar na UFRN e fez chegar a Jânio Vidal da TV tropical e Cassiano Arruda, que fez replicaram essa informação em suas colunas no jornal, que se eleita fosse eu iria liberar a maconha na UFRN. Isso em 1986. Primeiro, isso não era uma tarefa de um reitor. Segundo, na minha casa, nem eu, nem meu marido, nem filhos nunca fumamos sequer cigarro, tampouco maconha. Era uma

irresponsabilidade, mas saiu daqui de dentro de um apoiador de Daladier, pró-reitor de Genivaldo na época. Espalhou isso, eu pedi um direito de resposta, mas claro, um boato desse não desmancha facilmente. Outra campanha terrível que eles fizeram aqui foi que a escola doméstica tinha todos os professores pagos pela UFRN. Não era agregada à Universidade, não cedia bolsa de estudos aos alunos pobres, uma escola particular que cobrava dos alunos e todos os professores eram pagos por esta Universidade. Nós denunciávamos isto na campanha e isto foi usado contra nós, dizendo: também faríamos isso se fôssemos eleitos. Tiraríamos todos os professores de lá ou deixaríamos de pagar, isso a gente não escondia. A chapa que disputou comigo, do hoje reitor Daladier, na FARN, que fez toda uma campanha na escola doméstica, para trazer todos os professores para votar contra nós naquele dia, claro. O fato é que perdemos essa eleição por 0,66 no argumento final e tive 1.760 votos a mais que ele. 90% dos estudantes votaram na nossa chapa, mas 5 votos de estudantes correspondiam a um voto de professor. Continua assim, não é? E como os estudantes, os jovens são os mais abertos, mais engajados em política. Naquele dia, no encerramento das campanhas de Geraldo Melo e João Faustino, eles foram às ruas. Se 150 estudantes tivessem vindo aqui e votado na nossa chapa, eu teria vencido.

[Inaudível].

Justina Iva de Araújo Silva: Eu perdi, na verdade, por esse argumento final. E logo depois foi muito curioso por que... O fato é que logo depois dessa eleição a associação dos funcionários convidou a Daladier e a mim para uma discussão sobre o papel do servidor público. E quando a mesa posta, tomamos acento, o reitor eleito, foi o primeiro a falar... “porque eu fui eleito com a maioria dos votos...” aí quando ele terminou a fala dele, me passaram a palavra: “doutor Daladier, *data vênia*, o senhor não teve a maioria dos votos, o senhor teve o argumento final maior, essa é a verdade. Porque eu tive 1760 votos a mais, mas como não é voto universal, o senhor foi favorecido. Mas o senhor não teve a maioria dos votos.”

[Inaudível].

Justina Iva de Araújo Silva: Ceíça chegou. Ceíça e eu temos uma história em comum, muito interessante e muito rica. Mas eu queria destacar algo que ela me lembrou. Quando, nesta campanha de reitor, ela me apoiava e nós fomos a escola agrícola de Jundiaí, em 1986, a ASI tava prontinha ainda, viva... Nós fomos seguidos, escoltados daqui até lá e de volta também, por representantes da ASI, que eu não sabia, embora eu tivesse alunos que vez por outra eram chamados para conversar com a ASI. Juraneide, esposa de Manoel, Rose Aimé eram minhas alunas e vez por outras eram convocadas. Mas eu jamais imaginava que em 1986, em uma campanha de reitor, nós fôssemos escoltados com os meus apoiadores. Impressionante como não está muito distante essa presença da ASI... 1986.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Mas aí já era mais o clientelismo político mesmo do que propriamente segurança.

Justina Iva de Araújo Silva: Não sei quem era que estava nos seguindo, ela que me lembrou esse fato. Eu realmente nem lembrava. Temos outras experiências interessantes, a campanha de Lula... Ia defender a candidatura...

Carlos Gomes: Houve a interiorização naquele ano. Me parece que aquele pleito foi o mais interiorizado que já tinha havido na Universidade. Parece até que a apuração demorou mais de um dia, porque tinha que aguardar as urnas de fora.

Justina Iva de Araújo Silva: Nós fomos a todos os lugares onde havia núcleos da Universidade.

Carlos Gomes: Você se aposentou quando, Justina?

Justina Iva de Araújo Silva: Em 1994, vagabunda como Fernando Henrique Cardoso, aos 47 anos de idade. Porquanto, eu comecei a dar aula muito cedo, eu sou professora desde os 14 anos de idade, porém não reconhecida como tal. Ao chegar como bolsista no colégio de freiras em Caicó, elas me exploraram e eu sou grata a elas por isso, por

incrível que pareça. Porque foi aí que eu me descobri vocacionada para o magistério. Aos 14 anos, quando ali cheguei, as bolsistas do colégio Santa Terezinha, em Caicó, tinham tarefas atribuídas por elas, para além dos estudos. As filhas de pais pagantes não tinham nenhuma obrigação e eu cheguei com 14 anos, apenas com o exame de admissão no ginásio e elas me entregaram uma turma de primeiro ano para ensinar literalmente. Eu era a única professora da turma, para alfabetizar as crianças e, mesmo sem formação pedagógica, eu consegui que todos fossem alfabetizados. Desde então, não mais saí de sala de aula. Não era remunerada, não podia assinar o diário de classe, é tanto que com o tempo eu tentei trazer esses 4 anos para efeito de aposentadoria, mas elas não me deram nenhuma declaração, se recusaram. E eu não tinha nada que comprovasse, porque eu não tinha remuneração, não assinava diário de classe. Portanto, poderia ter me aposentado até antes dos 47, se esse tempo houvesse sido reconhecido, mas era muito prematuro também. Me aposentei com medo de perder direitos por um lado, porque Fernando Henrique ameaçava subtrair direitos dos professores universitários, como de fato fez posteriormente. Mas eu ainda consegui sair sem perder nenhum desses direitos. E por outra razão: eu estava frustrada com o comportamento dos estudantes, pelo menos de Serviço Social, que pouco a pouco se preocupavam mais com o título do que com o aprender em si, estavam preocupados em concluir o curso para disputar um lugar no mercado de trabalho. E eu ficava muito angustiada porque entendia que sendo um segmento minoritário, privilegiado pelo fato de ter acesso a uma instituição ensino superior, teríamos que aproveitar fortemente essa oportunidade e nos preparamos para sermos bons profissionais e darmos respostas a sociedade. Eu estava muito frustrada com isto e também desejava, um terceiro fator, estava querendo me aproximar mais do povo, de prestar um serviço para os que não tinham acesso à Universidade, sair um pouco dos muros dela. E então resolvi me aposentar. Escondi o processo de minhas companheiras de departamento, porque elas diziam: “você é louca, não tem mercado de trabalho em Natal, você vai ficar deprimida, vai ficar doente”. E eu confesso que nunca trabalhei tanto quanto depois que saí daqui, foi o trabalho mais leve que tive aqui na UFRN. Saudosos tempos, pouca pressão, muita autonomia na sala de aula. Você vai, prepara sua aula sendo responsável, sendo competente, ninguém lhe perturba. Uma saudosa experiência, mas também vivi outras experiências depois que daqui saí, positivas, mas sofridas e gratificantes também. Sou gestora pública há 20 anos

consecutivos. Estou adentrando o vigésimo primeiro ano, mas este agora veio para encerrar, porque tem sido sofrido face aos desmandos que encontramos na prefeitura de Natal, quase impossível administrar. Mas estamos aí. Entendo que nada nessa vida acontece por acaso. Como gestora, como professora, como estudante, com os mesmos princípios. Equidade, justiça, ética, não corrupção, não concessão a qualquer proposta indecente.

Carlos Gomes: Eu também dizia isso e já estou com 74 anos e continuo... Não dá para parar não. A gente sempre encontra um caminho. A gente adquire uma experiência muito grande de vida. Enquanto existir essa mudança de critério, você mesmo disse que saiu um pouco desencantada, professor Willington falou mais ou menos a mesma coisa, que ainda hoje a Universidade, o espírito universitário não é o mesmo. Infelizmente há uma preocupação muito grande com o título, para entrar no mercado de trabalho e a grandeza que é a Universidade perdeu um pouco seu caminho. A Universidade é uma coisa fabulosa, está à frente do seu tempo. Então infelizmente é o que acontece. Eu mesmo, nos últimos anos que ensinei tive a mesma desilusão. Enveredei para pós-graduação e foi pior, os alunos de pós-graduação demonstravam ainda uma situação mais desgastante do que os de graduação. Houve até um caso que eu fiquei perplexo: um aluno fez um trabalho de pós-graduação em que ele usava uma expressão, que confesso minha ignorância, nunca tinha visto, lido... Era “cópula deontica”. Eu fiquei curioso e fui olhar na internet, juntamente com outros professores. Encontrei, inclusive o trabalho do aluno, que era de outra pessoa. Aí no dia que ele veio fazer a defesa, eu, cheio de dedos. A palavra me chamou atenção e eu fui procurar. Cópula deontica. Aí fui descobrindo o texto, aí descobri o texto do aluno que não era dele. A minha amargura é que no intervalo de um aluno para outro eu fui lá e disse que a gente não ia aceitar o trabalho, você vai ter que apresentar outro. Fui logo alertando. A pergunta que foi feita é o que ele entendia por cópula deontica. Aí ele: “o que é isso?”. Aí nós demos um prazo para ele apresentar outro e ele nunca mais apareceu. Perdeu o curso.

José Antônio Spinelli: E o que é, afinal?

Carlos Gomes: Eu não me lembro mais não, lhe juro como não lembro. Muito bem,

alguma pergunta? Os jovens... Nossos bolsistas.

Edilson Pedro de Araújo da Silva: Só para ficar registrado, o que a senhora sabe sobre Zoé Brito, lá de São João?

Justina Iva de Araújo Silva: Zoé, eu conheci a família inteira. Morávamos em casa de frente uma para outra. Uma família super equilibrada, esforçada, do meu ponto de vista modelar. E ele era uma pessoa tranquila até o período que nós convivemos. Depois saem todos, vão o curso superior, ele e as irmãs, com exceção de dois, que já moravam no Rio de Janeiro, os dois irmãos mais velhos, um dos quais desaparecidos. Um deles, o mais velho, faleceu de câncer, acometido de câncer. O irmão, o que se envolveu no evento de Calabouços, esse foi supostamente assassinado pela ditadura, não se tem notícias dele, pelo menos nós não temos, não sei se alguém aqui tem. Zoé, a versão passada por uma de suas irmãs é exatamente esta: ele não se jogou, ele foi jogado, inclusive algemado, na linha do trem para ser morto. [Inaudível]. Ele não se suicidou, ele foi jogado na linha do trem, portanto atropelado pelo trem.

Carlos Gomes: Muito bem. Alguma pergunta?

Juliano Siqueira: Convivi muito tempo, nós ingressamos no Atheneu, apesar de ser um pouco mais velho do que eu e Luciano Almeida. Ingressamos na mesma turma, eu, ele e Luciano, em 1961. Emanuel Bezerra. Eu queria deixar bastante claro o seguinte: Emanuel era uma pessoa de uma inteligência rara. Tinha um aspecto da sua produção intelectual que deveria ser recuperada pelo Rio Grande do Norte: era um bom poeta.

Carlos Gomes: Foi publicado qualquer coisa recentemente...

Juliano Siqueira: Publicaram um poema, que ele escreveu na prisão. Ele tinha cadernos de poesia. Começou a fazer poesia como um bom poeta parnasiano, que sabia metrificar e rimar. Ele era um estudioso da língua. Um homem bastante dedicado às coisas nas quais ele estudava. E quero lhes dizer uma coisa: eu conheci Emanuel como

um católico cristão e teve um processo de evolução de uma rapidez impressionante. Quando nos aproximamos do Emanuel, pela sua inteligência, eu e Luciano, ele era antimarxista. Depois, ele teve acesso a um livro, na época muito popular na Universidade, particularmente entre os de esquerda: *Conceito marxista do homem*, de Erich Fromm. Esse livro influenciou bastante o Emanuel. Ele passou a ter uma admiração muito grande pelo Fromm e depois leu *O meu encontro com Marx e Freud*, também do Erich Fromm, e foi avançando nas leituras. Passou rapidamente pelo personalismo: Mounier, Lacroix e Teilhard de Chardin e se transformou num marxista, consciente, estudioso. E é bom que fique bem claro aqui: Emanuel não era um democrata, isso é muito pouco. Emanuel era um revolucionário marxista-leninista, dirigente comunista e morreu como tal. Morreu como dirigente comunista, membro comitê central do seu partido, o PCR. Assim como Silton Pinheiro era um dirigente comunista, assim como Zoé era um militante e dirigente comunista, Zoé Lucas de Brito Filho, Luís Maranhão, Iran de Lima Pereira. Então vamos dizer a verdade, dizer o que essas pessoas eram. A nossa companheira, que começou aqui na Universidade e terminou sendo assassinada em São Paulo, Lígia Nóbrega, morreu como militante da aliança nacional libertadora, dissidência do partido comunista brasileiro. Essas pessoas têm que ser recuperadas em sua essência ideológica, o que elas eram de fato. Não eram apenas pessoas que estavam lutando contra a ditadura. Lutavam contra a ditadura e queriam construir um mundo novo. Se estivessem hoje aqui conosco, não tenho dúvida nenhuma, não vou dizer que estivessem no mesmo partido, mas estariam todos com o mesmo objetivo: construir uma sociedade nova. Pelo que conheci de quase todos esses que citei aqui. Os que citei conheci. Não de ouvir falar, de convivência. Inclusive de divergências também. Porque há uma coisa que engana muita gente dizer: “a esquerda só se une na prisão”. É uma mentira. Até na prisão continua a divisão, a briga é grande até na prisão. Tem companheiro que quer tomar o poder a partir da prisão, fazendo greve de fome todo dia, jogando bandeja na cara do guarda. Tem gente que acha que até na cadeia pode tomar o poder, cercado de grade. Infelizmente, nem na prisão se une... e fora então: Juntou dois, já formam três organizações. A vida é difícil. Quem diz isso não é nem um comunista, pelo contrário, é um reacionaríssimo, apesar de ser um genial escritor, Guimarães Rosa. Viver é difícil. Queria deixar o registro aqui de Emanuel. Emanuel é uma figura que o Rio Grande do Norte deveria considerar além da sua

condição heroica, a forma brutal como foi assassinado, a Justina descreveu aqui. Seu corpo foi retalhado à gilete. Antes de morrer ele viu, como vários. Como Bacuri, como o nosso conterrâneo Virgílio Gomes, que comandou o sequestro do embaixador norte-americano... É rio-grandense-do-norte, o primeiro desaparecido político do Brasil. Esses souberam da sua morte enquanto vivos, mostraram os jornais “você já morreu, está aqui. Já saiu em todos jornais”. Esse é o mundo que a gente vive. Eu solicitaria ao presidente da comissão, o professor Carlos Gomes, e aos membros todos, que a colocação que eu fiz, apesar de secundária, diante de tantas informações importantes que existem para ser colocados, fosse objeto de algum encaminhamento porque me revolta que um hitlerista tenha assumido o cargo de monitor de uma cadeira tão importante como ciência política. Colocaram no meu lugar, dizendo que eu faltei à prova. Teotônio Costa [...], que foi, inclusive, um homem famoso pela sua passagem na João Chaves, como torturador e ligado a grupos de extermínio. Quer dizer, uma pessoa como essa... Optou por Sociologia e Política, monitor de Ciência Política. Veja a que nível chegou a nossa Universidade, em que Castelo Branco e Médici chegaram ao título de doutor *honoris causa*.

Carlos Gomes: Certamente. [Inaudível]. Você vai fazer uma pergunta a Justina? Ou não?

Victor Darlan: Não, era só para seguir no que Juliano falou de Emanuel Bezerra... Ano passado, quando eu estava fazendo campanha para o Partido dos Trabalhadores, eu ainda não era filiado. Ali no conjunto Pirangi, entregando panfleto de casa em casa, tive a sorte de encontrar com uma figura, descobri quando estava conversando com ele, que é o sobrinho de Emanuel Bezerra. Hoje ele mora numa casa humilde, inclusive eu peguei o contato dele. Emanuel Bezerra Sobrinho. Se o professor Carlos ou a professora Ceíça, que são dois nomes aqui da casa que possuem razoável força política para dar alguma linha em certas ações na Universidade, e se por acaso houver o interesse de resgatar a produção de Emanuel Bezerra, nada melhor do que entrar em contato com a própria família. Eu deixo o contato aqui.

Carlos Gomes: Você me passa o contato. Juliano reclama a obra de Emanuel, mas

realmente nós não temos acesso. Eu vi uma publicação, mas muito modesta...

Justina Iva de Araújo Silva: Eu gostaria também. Nós temos uma escola municipal com o nome dele, Emanuel Bezerra, lá no Planalto. Acho que era bem importante que a gente tivesse. O estudo da história dele pelos alunos...

Carlos Gomes: Você deixa com Kadma. Um sobrinho de Emanuel Bezerra que pode nos fornecer alguma coisa, algum trabalho. [Inaudível]. Para nossa comissão pode ter algum escrito dele pertinente, mesmo de qualquer maneira nos interessa, porque a gente tem que resgatar mesmo essas pessoas. [Inaudível]. Pode ser que o sobrinho dele nos dê essa indicação. Minha gente, mais alguma pergunta a Justina? Professora, então tem a palavra alguma consideração que queira fazer?

Patrícia Wanessa de Moraes: Eu queria saber acerca da ocupação da reitoria, porque quando ouvi falar da sua atuação, foi através da reitoria.

Justina Iva de Araújo Silva: A ocupação da reitoria, na época de Genivaldo. Os estudantes vieram e eu fiz parte da comissão de mediação. E nós fazíamos muitas reuniões tanto com o reitor e a equipe gestora, os pró-reitores como também sentávamos em outro momento com os estudantes. Certo dia nós estávamos no centro de convivência, onde hoje está o restaurante da Apurn, num debate bem acirrado e a imprensa veio e fez a foto minha e, para a minha surpresa, fez uma foto minha quando eu estava defendendo o diálogo, defendendo que a reitoria pudesse ceder em alguns pontos, negociar enfim. E o doutor Genivaldo era uma pessoa bem acessível, ele sempre nos ouvia, havia algum dos seus assessores mais acirrados, mais radicais, mas, enfim, chegamos a bom termo. Mas em função dessa reunião no centro de convivência, eu fui surpreendida com uma convocação para depor em um inquérito que foi instaurado. A surpresa maior é que uma amiga minha médica, que o cunhado era assessor do hoje ex-ministro José Delgado, tomou conhecimento que eu estava sendo acusada, e conversou com ela – a cunhada – bateu na porta da minha casa ao meio-dia, que queria falar comigo com urgência. Eu a recebi e era para dizer que eu estava citada neste inquérito e que o seu cunhado havia tentado retirar o meu nome e o então ministro José Delgado

havia dito que sob hipótese nenhuma: “se fosse para retirar meu nome, ele arquivaria o processo”. Fazia questão que eu estivesse lá e fosse ouvida. E acabei sendo chamada mesmo, só que no dia que fomos, professora Maria Isaura e outra professora que não lembro qual, foram ouvidas antes que eu. Margarida, uma professora do curso de Administração, não lembro o sobrenome dela... Ah! Barbosa. Então iríamos ser ouvidas quando as duas primeiras entraram, foram indagadas, eles entenderam que nós não precisávamos mais depor e nos mandaram embora, mas cheguei a ser indiciada. E aí um dia eu encontro novamente com o repórter da *Tribuna do Norte* e digo “mas rapaz, porque você coloca minha foto? Eu nem sou presidente da Adurn”. A presidente era a professora Marília. E ele fez uma brincadeira: “entre a senhora e a professora Marília juntas, eu vou colocar a foto de quem? É claro que eu vou botar a sua”. Ele fez uma brincadeira de mau gosto, mas enfim, só porque você está ali com o microfone mediando um movimento, você era indiciada. Mas felizmente, acabou tudo bem. Agora fiquei curiosa. Juan, eu gostaria de ter acesso a esse inquérito em que meu nome está lá. É um ofício? Cita meu nome no ofício? Novidade. É por isso que quando cheguei como professora, minhas colegas e ex-professoras disseram: “você não pode dizer não porque seu nome pode estar em algum lugar”.

[Inaudível].

Justina Iva de Araújo Silva: Perfeito, Ceíça, eu não sei se terei condições de recuperar tudo isso, mas acho até que você já deixou bastantes elementos para o grupo. Eu queria talvez até pensar um pouco mais em relação ao papel dos estudantes. Como você, isso também me preocupa. Me anima, me deixou altamente animada, porque não dizer feliz, a ida do povo às ruas. Uma das coisas que me angustiava profundamente era a indiferença, acho que nada é pior do que a indiferença da população aos fatos que ocorrem no campo da sua sociedade. Me preocupa por outro lado, que sem uma discussão política, para onde queremos ir, as coisas caminhem de uma forma desastrosa, aí grupos tendenciosos, irresponsáveis, se apropriem desse movimento ou até a extrema direita mesmo, como sabemos que ocorreu em outros momentos da história, desvirtuem e acabe tendo retrocesso. Eu até recomendei outro dia no Facebook e por onde passo, acho que é importantíssimo que nós, os professores, os estudantes estar lendo “Brasil

nunca mais” e comentando nos lugares por onde a gente estiver e discutindo isso. Eu tenho muito medo de um retrocesso por falta de liderança, de clareza, onde queremos ir. E o movimento estudantil teve na história dessa cidade um papel fundamental, de aliança com a sociedade, movimento importantíssimo como o “De pé no chão também se aprender a ler”, o movimento de alfabetização Paulo Freire foi liderado por estudantes. Os estudantes foram às ruas se posicionar nos anos 1950, Juliano tem toda razão ao dizer que o Atheneu era a Universidade. Os estudantes foram protestar contra a criação do tribunal de contas, dizendo este vai ser um lugar para acomodar apadrinhados. E é verdade. Quem está lá? Quem são os conselheiros? O irmão do presidente da assembleia, o irmão do governador, o cunhado da governadora e por aí vai. Basta fazer o levantamento de quem está lá hoje e como chegou. Os estudantes foram às ruas denunciar vários fatos políticos que senão fossem os estudantes nas ruas a sociedade não tomava nem conhecimento. Os professores universitários podiam organizar a discussão, estarem debatendo mais esse momento, contribuindo com a sociedade para entender. Pois não.

[Inaudível].

Justina Iva de Araújo Silva: O comitê de anistia nasceu aqui. É verdade. Então esse entrelaçamento, essa aliança, esse estar presente na sociedade... A academia foi muito mais presente outrora. Acho que hoje há um posicionamento que preocupa essa indiferença: “eu estou aqui, dou minha aula, faço minha pesquisa, não tenho nada a ver com o que está acontecendo lá fora”. [Inaudível] Pois é, a acomodação, a submissão cega. Acho que essa ida do povo às ruas merece reflexão para a gente pensar que a instituição, como diz doutor Carlos Gomes, essa é a casa dos que pensam majoritariamente os que pensam, os que podem contribuir para uma discussão, uma reflexão, para construir propostas alternativas e não há muito essa participação hoje, pelo menos a gente não percebe muito fortemente não. Como secretária na gestão passada, eu provoquei a pró-reitoria acadêmica e participei de uma mesa, um debate num seminário que houve em um dos hotéis na Via Costeira. Provoquei sobre o que trabalha o curso de Pedagogia com seus alunos e as licenciaturas de um modo geral. Porque o que acontece hoje: você faz um concurso para professor da rede pública, você

tem duas mil vagas e se inscrevem oito mil. Ficam três, quatro mil aprovados na vigência de dois anos, porque é um problema insolúvel esse problema de substituição de professores na rede básica. Nós temos atualmente 428 afastados de sala de aula, por motivos de doença na maioria, licenças várias. E aí quando você nomeia os professores, eles chegam para receber o encaminhamento na escola diz: onde é? “no Guarapes? Vou não. Não foi para isso que eu formei na Universidade. Onde é? Mãe Luíza, vou não. É perigoso. Onde é? Zona Norte? Deus me livre. Não foi para isso que eu passei quatro anos nos bancos da Universidade.” E para quê foi? Para quê que você faz um curso de licenciatura? Ou você imagina que oito mil, dez mil que se formam nas várias universidades, faculdades, por ano, vão ter lugar na escola privada? Então eu acho que a Universidade não está voltando o seu olhar a essa formação para o real, infelizmente, a gente chama 250, 50 não aceitam a nomeação quando sabem onde poderão ser encaminhados para trabalhar. Acho que está faltando essa discussão. Que país é este, que cidade é esta, que estado é este onde nós estamos, o que precisamos fazer, onde vamos trabalhar, que realidade é esta onde vamos trabalhar, o que podemos contribuir com esta realidade? São questões que a mim, particularmente... Pois não.

[Inaudível].

Victor Darlan: Algumas ponderações com relação a sua fala, Ceíça. E que bom podermos estar em tempos de ponderações. Eu acho que existem esquerdas e direitas. Por isso que eu acho que não necessariamente tem incoerências. A gente tem tantas esquerdas suficientes para termos vários projetos de sociedade. Sobre a postura da geração que um dia, uma geração mais aguerrida, digo dos seus colegas da classe docente. Eu fico preocupando porque o bastão está passando. Quando eu entrei na Universidade vi mobilizações razoáveis sobre a paridade do voto, não era nem paridade de presença nos conselhos, era paridade do voto, que não é nada revolucionário, até porque em um estágio civilizatório de plena democracia universitária – espero que um dia cheguemos a esse ponto – cada cabeça é um voto. Mas o movimento estudantil estava lutando por paridade do voto de reitoria e a justificativa utilizada por esse conselho universitário que aqui se reúne era a lei de diretrizes e bases educacionais. Ou seja, recorre-se à legalidade para desafiar concepções, princípios, lógicas, interpretações

avançadíssimas da constituição de 1988. Qualquer mente progressista poderia fazer uma interpretação que essa Lei, com esse dispositivo, é absolutamente constitucional. Só que o ambiente corporativista que existe e a necessidade de não querer ceder poder, ainda que sob pressão, existe muito forte. Sobre o elitismo, no direito é terrível. Não sei se mais que os demais. Mas por ter cargos de burocracia do Estado, é muito complicado. Pela sala de aula, eu estou no nono período do curso de Direito e nunca ouvi uma mãe ou pai de família que esteja em processo de separação, nunca vi uma alienação parental, nunca vi uma microempresa em falência, um comerciante pequeno que perdeu. Ou seja, há uma série de conflitos humanos que estão ali, reproduzidos e produzidos ao longo de semestres, por leis, por uma educação jurídica atrasadíssima que às vezes desestimula. Professores não estão, não querem lidar com a própria realidade. Sei que isso não é privilégio do direito, de formas variadas também reproduzem. Eu espero que essa juventude que um dia vai retornar à Universidade dê outra cara, uma cara mais avançada. Eu quero ser professor e advogado. Espero que meus pares, um dia, quando estiverem aqui, votem sim, pela paridade. Se não estivermos em tempo de universalidade, cada cabeça é um voto.

Carlos Gomes: Essa apatia que você demonstrou aí já tem reflexos no Poder Judiciário e no Ministério Público. Eu tenho uma filha que é promotora que está contando nos dedos a hora de sair. Ela tem sido recriminada porque faz atendimentos na vara de família e há um movimento para tentar acabar com vara de família, porque segundo eles, a preocupação do Ministério Público apenas assuntos de corrupção. E a família deixa de existir? Não dizem que é a célula? O que é isso? É o reflexo da apatia, da burocracia. Nós queremos agradecer então a Justina, a sua disponibilidade de vir aqui, a gente acompanha, sabe do seu trabalho... O seu sofrimento, porque nem sempre você pode fazer aquilo que pretende.

Justina Iva de Araújo Silva: Só para concluir, eu diria que, por conveniência, eu nem estaria lá. Eu estou renunciando mesmo tendo sido eleita como vereadora, como suplente. Eu cheguei a assumir o cargo porque um dos vereadores da minha coligação se ausentou para ser secretário. Eu passei três dias como vereadora, não sei se gostaria de voltar, pois a casa não é muito agradável. Se lá estivesse estaria administrando dez

peessoas no gabinete e “só” 17 mil reais. Estou administrando 9 mil pessoas, 141 escolas construídas, 28 em construção, problemas inquantificáveis, 320 milhões de reais, correndo riscos de toda a ordem, todos os dias, trapaçarias que alguém pode montar. Temos que ser vigilantes 48 horas, não só 24. E ganhando metade do que estaria ganhando como vereadora. Então é por conveniência, é por compromisso, por missão. Entendo que a gente tem um papel a desempenhar, nada é por acaso. Mas é como doutor Carlos Gomes disse, estamos arrumando a casa, mas porque além do desastre que encontramos, é uma máquina que, em função dos problemas encontrados, que não consegue avançar, funcionar. Eu trabalho de oito da manhã às oito da noite, os processos saem da nossa pasta, param nas outras, porque não tem gente, porque falta isso, falta aquilo. É um desastre total. Então está muito difícil. Embora hoje a gente tem uma coisa que facilita a vida da gente. Educação é a maior secretaria. São 9 mil servidores, 51 prédios. A segunda maior é a Saúde, com 80 prédios e 6 mil servidores. Mas tem uma coisa que eu gostaria de deixar registrado aqui para conhecimento de vocês: Carlos Eduardo está cumprindo a obrigação contida na LDB, artigo 69, de repassar a cada dez dias o recurso para educação. Nós somos gestores plenos. Isso dá uma tranquilidade. Imagine o sofrimento dos que dependem de repasse da conta única, recursos próprios... Que é muito maior. Encontramos uma secretária que tem 70 milhões de reais de restos a pagar, sem o financeiro. Mas, nada acontece por acaso.

Carlos Gomes: Descumprindo a lei de responsabilidade fiscal.

Justina Iva de Araújo Silva: Exatamente. Mas vamos até onde der. Eu quero agradecer a oportunidade, gente. Foi um prazer imenso, espero ter contribuído de alguma forma. Estou à disposição. E posso deixar isso aqui para vocês fazerem cópia e posso também se for do interesse da comissão trazer o livro e deixar um volume para vocês. Esse capítulo último que não tem no livro, é interessante. É onde está o relatório de toda a repressão.

Carlos Gomes: Pois bem, eu agradeço a presença de todos. Está encerrada a reunião. Muito obrigado.